


Expansão do ensino odontológico no Brasil: impactos na formação profissional e na distribuição de cirurgiões-dentistas

Vitor Gabriel da Silva¹

 00009-0009-0027-6932

Helena Pereira Rodrigues da Silva¹

 0000-0002-3257-4442

Gabrielito Rauter Menezes¹

 0000-0001-7649-5132

Eduardo Dickie de Castilhos¹

 0000-0002-7072-6558

¹Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Correspondência:

Vitor Gabriel da Silva

E-mail: viitorgabriell2016@gmail.com

Recebido: 15 jul. 2025

Aprovado: 27 nov. 2025

Última revisão: 26 dez. 2025

Resumo A expansão acelerada dos cursos de Odontologia no Brasil tem gerado preocupações quanto à saturação do mercado de trabalho e à qualidade da formação profissional. Este estudo analisou a distribuição das instituições de ensino odontológico e suas respectivas vagas, correlacionando esses dados com indicadores socioeconômicos e demográficos. A metodologia envolveu a coleta de dados no sistema e-MEC, no Conselho Federal de Odontologia (CFO) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados evidenciam a predominância de instituições privadas, com oferta significativamente maior de vagas em comparação às públicas, além de marcantes desigualdades regionais na distribuição desses cursos. A crescente mercantilização do ensino superior tem implicações diretas sobre a qualidade da formação e sobre a concentração dos cirurgiões-dentistas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que regulem esse crescimento e assegurem o equilíbrio entre a formação profissional e as demandas da população.

Descritores: Educação em Odontologia. Capacitação Profissional. Demografia. Emprego.

Expansión de la enseñanza odontológica en Brasil: impactos en la formación profesional y en la distribución de cirujanos dentistas

Resumen La rápida expansión de las facultades de Odontología en Brasil ha generado preocupación respecto a la saturación del mercado laboral y la calidad de la formación profesional. Este estudio analizó la distribución de las instituciones de enseñanza odontológica y sus respectivas vacantes, correlacionando estos datos con indicadores socioeconómicos y demográficos. La metodología involucró la recolección de datos en el sistema e-MEC, en el Consejo Federal de Odontología (CFO) y en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los resultados evidencian el predominio de instituciones privadas, con una oferta significativamente mayor de vacantes en comparación con las públicas, además de marcadas desigualdades regionales en la distribución de estas carreras. La creciente mercantilización de la educación superior tiene implicaciones directas sobre la calidad de la formación y sobre la concentración de los cirujanos-dentistas, lo que evidencia la necesidad de políticas públicas que regulen este crecimiento y aseguren el equilibrio entre la formación profesional y las demandas de la población.

Descriptorios: Educación en Odontología. Capacitación Profesional. Demografía. Empleo.

Expansion of dental education in Brazil: impacts on professional training and the distribution of dentists

Abstract The rapid expansion of Dentistry programs in Brazil has raised concerns about job market saturation and the quality of professional training. This study analyzed the distribution of dental education institutions and their respective vacancies, correlating this data with socioeconomic and demographic indicators. The methodology involved data collection from the e-MEC system, the Federal Council of Dentistry (CFO), and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results reveal a predominance of private institutions, which offer a significantly higher number of vacancies compared to public ones, in addition to striking regional inequalities in the distribution of these programs. The increasing commodification of higher education has direct implications for the quality of training and the concentration of dentists, highlighting the need for public policies to regulate this growth and ensure a balance between professional training and the needs of the population.

Descriptors: Education, Dental. Professional Training. Demography. Employment.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.en>



INTRODUÇÃO

Tradicionalmente conhecido como o "país do futebol", o Brasil tem conquistado crescente notoriedade em outra área: a Odontologia. Atualmente, o país lidera o *ranking* mundial em número de cirurgiões-dentistas registrados, conforme destacado por Morita *et al.* (2020)¹. Esse fenômeno resulta da expansão acelerada dos cursos de Odontologia nas últimas décadas, o que tem suscitado debates acerca da possível saturação do mercado de trabalho. O aumento no número de profissionais formados e sua distribuição territorial vêm gerando desequilíbrios entre a oferta de serviços odontológicos e a demanda real da população.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) não estabelece um parâmetro universal para a distribuição ideal de profissionais de saúde bucal, uma vez que essa dinâmica é fortemente influenciada por fatores locais, como nível socioeconômico, características culturais e perfil epidemiológico das populações atendidas². No Brasil, entretanto, o Ministério da Saúde determina, por meio de diretrizes, a existência de uma equipe de saúde bucal para cada três a quatro mil habitantes, embora essa proporção possa variar conforme as especificidades de cada região³.

Apesar disso, o país ultrapassa amplamente essa recomendação, evidenciando um quadro de superoferta de profissionais. Tal descompasso é agravado pelo fato de que a formação de novos cirurgiões-dentistas nem sempre se alinha às necessidades de saúde da população, mas frequentemente responde a interesses comerciais⁴. Essa tendência levanta preocupações legítimas quanto à qualidade e adequação da formação odontológica no país.

A prática da Odontologia no Brasil é regulamentada e restrita a profissionais graduados em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), o qual também define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)⁵ e os padrões mínimos de qualidade para os cursos da área. Ao longo das últimas décadas, contudo, o sistema educacional brasileiro passou por transformações profundas. A reforma universitária de 1968 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁶ em 1996 foram marcos legais que impulsionaram a privatização do ensino superior, com efeitos diretos sobre os cursos de Odontologia.

Desde 2007, observa-se um movimento de consolidação de instituições privadas por grandes grupos empresariais, especialmente no setor educacional, com impactos relevantes sobre a qualidade da formação oferecida. Conforme observado por Chaves (2010)⁷, a mercantilização do ensino superior tem priorizado metas financeiras em detrimento da excelência acadêmica e da formação crítica e socialmente comprometida dos profissionais.

Esse cenário suscita questões fundamentais sobre o futuro da Odontologia no Brasil e evidencia a necessidade urgente de políticas públicas capazes de regular o crescimento do número de cursos, garantir a qualidade da formação e promover uma distribuição mais equitativa dos profissionais, conforme as necessidades reais de saúde bucal da população.

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é identificar a situação atual da formação de cirurgiões-dentistas no Brasil, por meio do mapeamento e caracterização das instituições de ensino superior e das vagas disponíveis nos cursos de Odontologia, além de correlacionar esses dados com o perfil demográfico local.

MÉTODO

Os dados relativos aos cursos foram coletados no sistema e-MEC⁸, plataforma do Ministério da Educação responsável pelo acompanhamento dos processos regulatórios do ensino superior no Brasil. O procedimento teve início com a seleção dos estados de interesse e, na sequência, foram extraídas informações detalhadas sobre todos os cursos de Odontologia em funcionamento. Entre os dados coletados, incluem-se: nome da instituição de ensino, município de localização, tipo de organização acadêmica, categoria administrativa, ano de criação do curso e número de vagas ofertadas anualmente. Essas informações foram inicialmente organizadas em planilha, permitindo uma análise exploratória preliminar e, posteriormente, sistematizadas em uma tabela, categorizadas por unidade federativa.

Paralelamente, foram coletados dados demográficos e socioeconômicos com base no Censo Demográfico de 2022, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹. As variáveis selecionadas incluíram a população total (desagregada por sexo), a taxa de alfabetização, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual referente ao ano de 2021, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2021, o rendimento nominal mensal domiciliar per capita (2023) e o número de municípios por estado. Complementarmente, realizou-se o levantamento do número de

cirurgiões-dentistas com registro ativo em cada unidade da federação, a partir dos dados públicos disponibilizados pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO)¹⁰.

Todos os dados foram analisados de forma integrada, buscando-se correlacionar a presença e a distribuição das instituições de ensino superior em Odontologia com os indicadores socioeconômicos e demográficos das regiões estudadas. Essa abordagem permitiu compreender, de maneira contextualizada, como fatores estruturais influenciam a oferta formativa e a concentração de profissionais da área, contribuindo para uma análise mais fundamentada do cenário atual da educação odontológica no Brasil.

RESULTADOS

Os dados analisados demonstram que a oferta de cursos de Odontologia no Brasil passou por uma expressiva expansão a partir dos anos 2000, impulsionada, principalmente, pelo crescimento acelerado do setor privado. Enquanto as instituições públicas apresentaram crescimento limitado, com sinais de estagnação em algumas regiões desde a década de 1990, o setor privado experimentou uma ampliação significativa, resultando em um cenário marcado por disparidades na distribuição e na estrutura do ensino superior odontológico.

A distribuição regional dos cursos de Odontologia evidencia um padrão desigual de expansão. A Região Sudeste concentra o maior número de cursos, reflexo de seu histórico de desenvolvimento educacional e de sua atratividade para o investimento privado. Em 2022, foram contabilizados 173 cursos de instituições privadas e apenas 22 de instituições públicas na região, evidenciando um forte predomínio do setor privado (Figura 1).

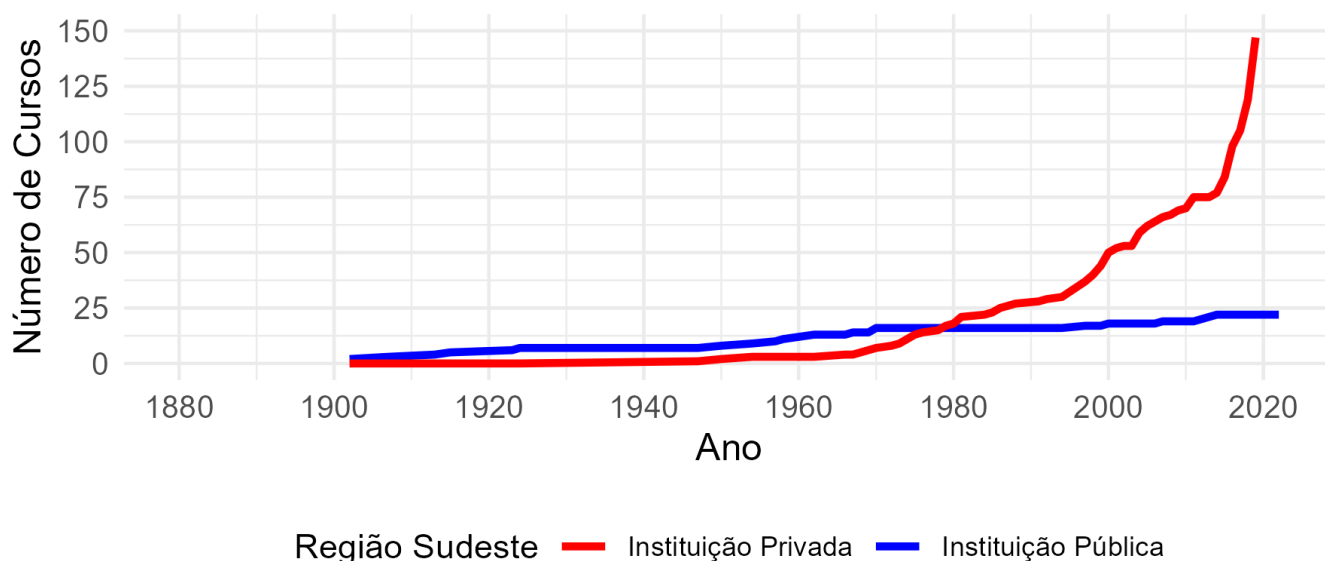


Figura 1. Evolução no número de instituições públicas e privadas na Região Sudeste.

No Nordeste, a expansão também foi notável, especialmente após 2015. O número de cursos de instituições privadas passou de 44 em 2015 para 137 em 2022, enquanto o número de cursos de instituições públicas permaneceu estável em 20 desde 2012 (Figura 2).

Nas regiões Centro-Oeste e Sul, observa-se um padrão semelhante: expansão mais recente do ensino privado e estagnação do setor público. No Centro-Oeste, por exemplo, o número de cursos de instituições privadas saltou de 9, em 2006, para 52, em 2022, ao passo que os de públicas aumentaram timidamente de 3 para 5 no mesmo período (Figuras 3 e 4).

O Norte do país apresenta um dos cenários mais críticos em termos de desigualdade na oferta educacional. Desde 2001, há apenas três instituições públicas na região, e a expansão do ensino odontológico ocorreu exclusivamente por meio do setor privado, que passou de 6 cursos em 2000 para 42 em 2022 (Figura 5).

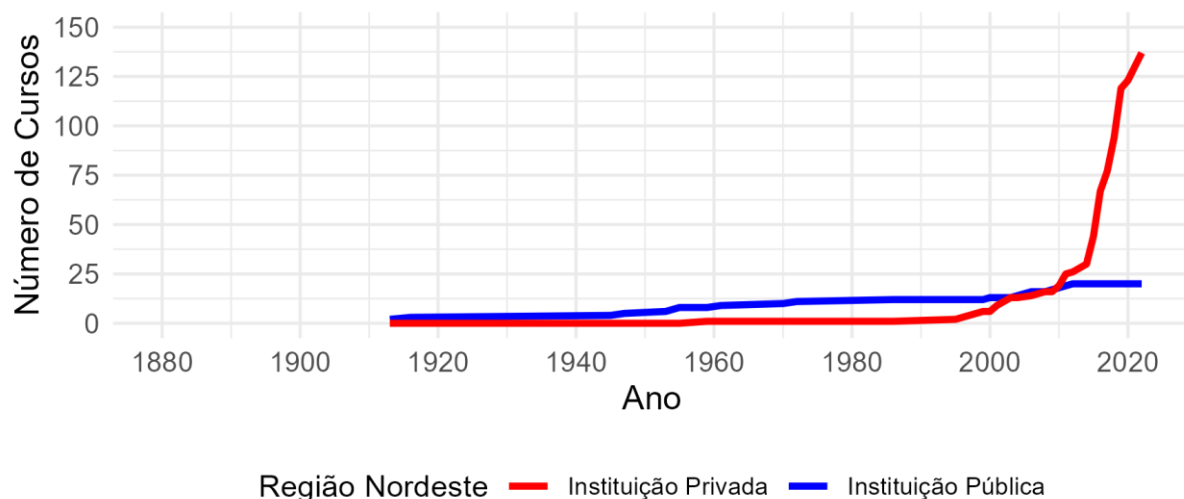


Figura 2. Evolução no número de instituições públicas e privadas na Região Nordeste.

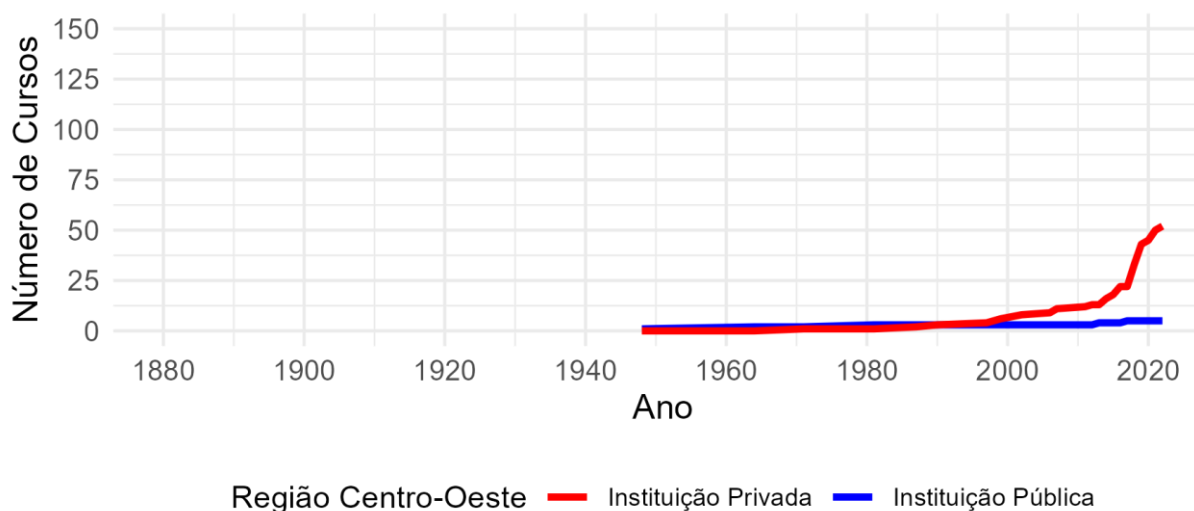


Figura 3. Evolução no número de instituições públicas e privadas na Região Centro-Oeste.

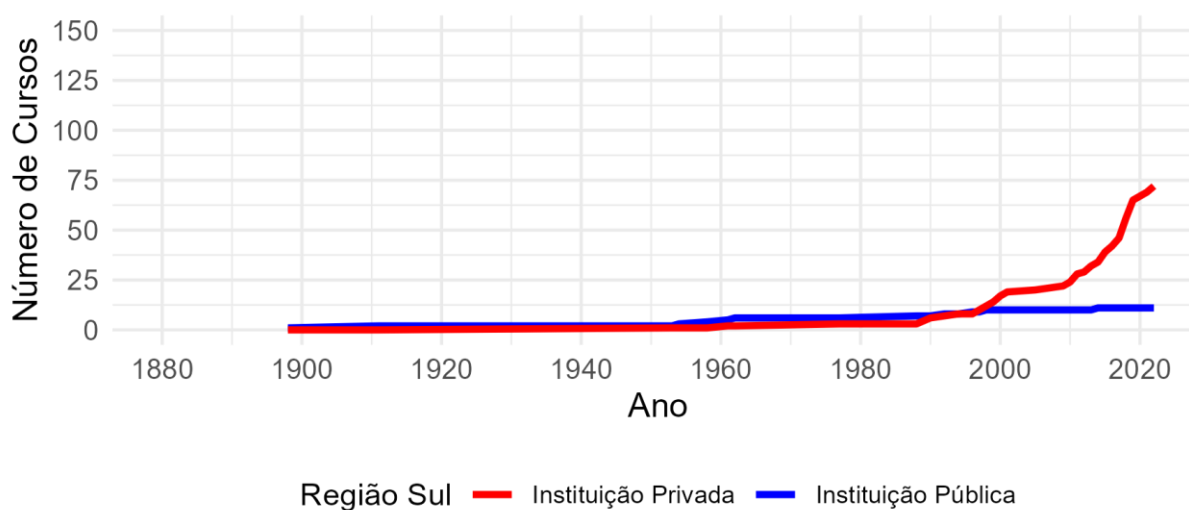


Figura 4. Evolução no número de instituições públicas e privadas na Região Sul.

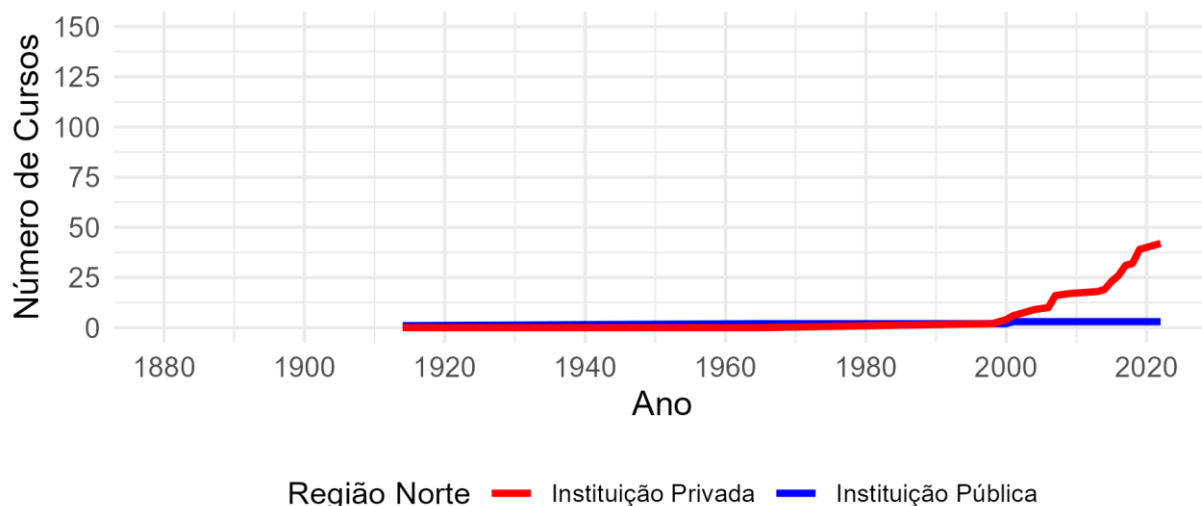


Figura 5. Evolução no número de instituições públicas e privadas na Região Norte.

A análise comparativa entre os setores público e privado evidencia disparidades acentuadas. No momento da coleta de dados existiam cursos de Odontologia em 61 instituições públicas no Brasil, frente a 478 instituições privadas, uma diferença de quase oito vezes. Essa desigualdade se torna ainda mais expressiva ao se considerar o número de vagas anuais autorizadas pelo MEC: 4.843 vagas em instituições públicas contra 68.488 vagas no setor privado, o que representa uma diferença superior a 14 vezes.

Do ponto de vista geográfico, a distribuição de vagas também revela forte concentração regional. O Sudeste é responsável por 36,1% das vagas ofertadas pelo setor privado, consolidando-se como a principal região em termos de oferta. Em termos agregados, a distribuição nacional de cursos de Odontologia segue a seguinte ordem decrescente: Sudeste > Nordeste > Sul > Centro-Oeste > Norte, padrão observado tanto na rede pública quanto na privada.

Quanto ao número médio de vagas por instituição, observa-se que os cursos privados tendem a oferecer um quantitativo significativamente maior em relação aos públicos (Tabela 1). No entanto, o Sudeste apresenta uma tendência de maior equilíbrio nesse aspecto, com proporções mais similares entre os dois segmentos.

Tabela 1. Distribuição das médias de vagas por instituição pública e privada nas regiões brasileiras. Brasil, 2025.

Região	Média de Vagas por Instituição Pública	Média de Vagas por Instituição Privada
Norte	78,6	142,6
Nordeste	66,95	148,9
Centro-Oeste	140	130,6
Sudeste	81,7	158
Sul	70	106,6

Esses resultados revelam um cenário de forte concentração de vagas no setor privado, aliado a desequilíbrios regionais na distribuição dos cursos de Odontologia. Tal configuração pode afetar diretamente a qualidade da formação profissional e a disponibilidade de serviços odontológicos, reforçando desigualdades já existentes no acesso à saúde bucal no país (Figura 6).

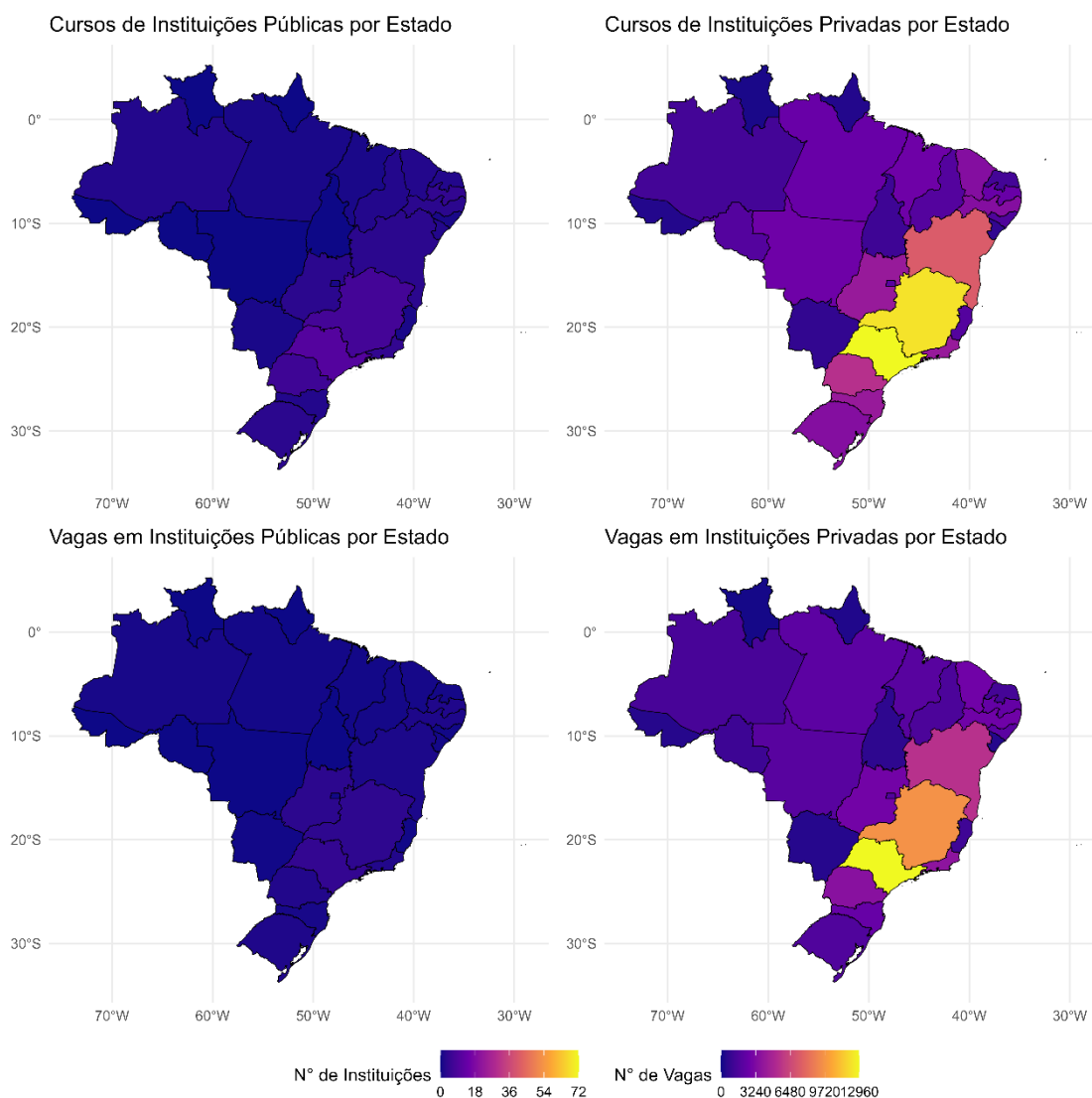


Figura 6. Mapas comparativos da densidade de cursos e vagas em instituições públicas e privadas por estado no Brasil.

DISCUSSÃO

A Odontologia é uma profissão regulamentada pela Lei Federal nº 5.081/1966, que estabelece como requisito para seu exercício a graduação em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Esse órgão é responsável por definir as diretrizes para o ensino odontológico, enquanto o Conselho Nacional de Educação (CNE) assume a atribuição de formular as DCN, atualizadas em 2021 com o intuito de assegurar padrões mínimos de qualidade na formação profissional¹¹.

Contudo, a expansão acelerada e pouco regulada das Instituições de Ensino Superior (IES) na área odontológica tem suscitado intensos debates acadêmicos e profissionais. Estudo da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) demonstra que o crescimento excessivo de cursos, objeto de preocupação desde 1983, tem contribuído para a saturação do mercado de trabalho e para a queda na qualidade da formação, com potenciais riscos à segurança dos pacientes e à eficácia dos serviços prestados à população. Já existem estudos que há anos já alertavam para esse expressivo no número de escolas e de vagas^{1,4}, e o quadro só parece estar se agravando, como confirma o presente estudo com a análise temporal.

Esse fenômeno está inserido no contexto mais amplo da mercantilização do ensino superior, amplamente discutido na literatura educacional brasileira^{12;13}. A flexibilização das políticas regulatórias e a criação de mecanismos de financiamento público ao setor privado, como o ProUni e o FIES, favoreceram a rápida proliferação de cursos oferecidos por conglomerados educacionais privados, cuja principal motivação é o retorno financeiro, e não a adequação à demanda

regional ou à qualidade formativa¹⁴. Em contraste, o setor público apresentou crescimento limitado, impactado por restrições orçamentárias e por um modelo de financiamento que dificulta a criação de novos cursos em áreas que exigem infraestrutura complexa e de alto custo, como clínicas-escola e laboratórios especializados¹.

A expansão do ensino odontológico também revelou disparidades regionais importantes. O Sudeste lidera em número de instituições, influenciado por seu maior poder aquisitivo e pela presença concentrada de grandes grupos educacionais. O Nordeste apresentou crescimento expressivo após 2015, fortemente associado a políticas de financiamento estudantil, embora sem o devido planejamento territorial que articulasse a expansão da oferta com as necessidades concretas de atendimento odontológico. As regiões Centro-Oeste e Sul exibem padrão semelhante, com expansão tardia do setor privado e estabilidade do setor público, concentrando-se em centros urbanos mais dinâmicos. A situação mais crítica, no entanto, é observada no Norte, onde o crescimento ocorreu exclusivamente no setor privado, de 6 para 42 instituições entre 2000 e 2022, com predominância em capitais e centros urbanos de médio porte, deixando vastas áreas do interior em situação de desassistência.

O avanço desordenado das IES levanta sérias preocupações quanto à qualidade da formação. Estudos apontam deficiências estruturais em muitas instituições privadas, com ausência de clínicas-escola em funcionamento pleno, escassez de campos de estágio e fragilidade nos processos de avaliação e supervisão acadêmica¹⁵. A saturação do mercado, por sua vez, tem repercutido na redução das oportunidades de trabalho, na precarização das condições laborais e na desvalorização da profissão. Em resposta a esse cenário, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) ingressou, em 2022, com ação civil pública visando à suspensão da abertura de novos cursos, medida defendida por seu presidente, Juliano do Vale, como fundamental para a sustentabilidade profissional da categoria¹¹.

Importa destacar que esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. Cartes-Velásquez (2013)¹⁶ documentou caso semelhante no Chile, onde o número de matrículas em cursos de Odontologia saltou de 1.447 para 12.325 em 15 anos, sem a correspondente ampliação da produção científica institucional ou da estrutura de atendimento à população. No Brasil, mesmo com a inclusão do Sistema Único de Saúde (SUS) como eixo estruturante das novas DCN de 2021, persistem desigualdades estruturais no acesso aos serviços de saúde bucal, influenciadas por fatores geográficos, econômicos e sociais¹⁷. Indicadores como o índice CPOD (dentes cariados, perdidos e obturados) evidenciam essas desigualdades, demonstrando que a expansão numérica dos cursos não se traduziu em universalização do acesso aos serviços odontológicos. Esse contexto corrobora a crítica de Cartes-Velásquez (2013)¹⁶ sobre a existência de "dois tipos de pessoas: as saudáveis com acesso ao atendimento odontológico e as doentes sem acesso".

A comparação entre instituições públicas e privadas revela discrepâncias estruturais marcantes. Enquanto algumas instituições privadas chegam a ofertar mais de 250 vagas anuais, muitas universidades públicas, mesmo com infraestrutura superior e corpo docente mais qualificado, mantêm limites mais conservadores de ingresso. Essa assimetria coloca em xeque a capacidade do setor privado de assegurar a infraestrutura mínima necessária e campos de estágio adequados, especialmente considerando os elevados custos envolvidos na formação em Odontologia.

Outro ponto relevante a ser considerado é que nem todas as vagas autorizadas pelo MEC são efetivamente preenchidas. O percentual de vagas ociosas nos cursos superiores de odontologia no Brasil de 1995 a 2015 foi de 17,5%, o que equivale a aproximadamente 61.500 vagas não preenchidas, particularmente alta entre 2001 e 2011 durante a expansão dos cursos de odontologia¹⁸. Contudo, a redução das mensalidades nos últimos anos pode ter revertido essa tendência, levando ao risco oposto: superlotação de turmas, com conseqüente prejuízo à qualidade formativa.

Diante desse quadro, torna-se urgente que o MEC reavalie os critérios de autorização de novos cursos e vagas, considerando: (1) a existência de infraestrutura mínima qualificada; (2) a demanda populacional regional; (3) parâmetros orientadores da Organização Mundial da Saúde (OMS); e (4) a capacidade efetiva de absorção do mercado odontológico nacional. Tal abordagem estratégica permitiria equilibrar a expansão quantitativa com a garantia de qualidade, assegurando uma formação condizente com as necessidades de saúde bucal da população brasileira.

CONCLUSÕES

A expansão do ensino odontológico no Brasil tem imposto desafios significativos à regulação da formação profissional e à distribuição dos cirurgiões-dentistas no território nacional. Os dados analisados revelam um crescimento expressivo no número de cursos, com destaque para a predominância do setor privado, cuja oferta de vagas tem se mostrado desproporcional às reais necessidades do mercado e da população.

Essa ampliação, fortemente impulsionada pela mercantilização do ensino superior, levanta preocupações quanto à qualidade da formação acadêmica, especialmente diante da insuficiência de infraestrutura adequada e da limitação dos campos de estágio em muitas instituições. A proliferação de cursos, muitas vezes desconectada das diretrizes nacionais e das demandas regionais, compromete a formação crítica e prática dos futuros profissionais da Odontologia.

Adicionalmente, as desigualdades regionais na oferta de cursos e na distribuição dos profissionais evidenciam a ausência de uma política educacional articulada e sensível às especificidades locais. Enquanto determinadas regiões convivem com um excesso de profissionais formados, outras ainda carecem de cobertura mínima em saúde bucal, reforçando as disparidades históricas no acesso aos serviços.

Diante desse panorama, torna-se imperativo que o Estado assuma um papel mais ativo na regulação da abertura de novos cursos e na definição de critérios rigorosos para autorização de vagas, considerando a infraestrutura física e pedagógica disponível, a capacidade de absorção do mercado de trabalho e os indicadores de demanda em saúde pública. A ênfase na centralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e o fortalecimento das instituições públicas de ensino devem compor a base de uma estratégia orientada à qualidade e à equidade.

Por fim, é necessário fomentar a articulação entre o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Federal de Odontologia (CFO), as universidades e outras entidades reguladoras, no sentido de equilibrar a oferta de profissionais e promover um sistema educacional mais sustentável e comprometido com as necessidades concretas da população brasileira. Apenas por meio de políticas públicas coordenadas e investimentos consistentes será possível assegurar que a expansão do ensino odontológico contribua, de fato, para a melhoria da saúde bucal e para a redução das desigualdades no país.

REFERÊNCIAS

1. Morita MC, Uriarte Neto M, Fontanella VRC, Haddad AE. The unplanned and unequal expansion of Dentistry courses in Brazil from 1856 to 2020. *Braz Oral Res* [Internet]. 2021;35:e009. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-3107bor-2021.vol35.0009>
2. World Health Organization. *Achieving the right balance: the role of policy-making processes in managing human resources for health problems*. Geneva: WHO; 2000.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *A saúde bucal no Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2018.
4. San Martin AS, Schmidt AL, Bortoluzzi MC, Traebert J. Distribuição dos cursos de Odontologia e de cirurgiões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. *Rev ABENO* [Internet]. 2018;18(1):63-73. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i1.399>
5. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia [Internet]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 76-78, 22 jun. 2021 [citado em 11 de junho de 2025]. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-21-de-junho-de-2021-327944292>
6. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996 [Internet] [citado em 11 de junho de 2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
7. Chaves VLJ. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educ Soc* [Internet]. 2010;31(111):481-500. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>
8. Brasil. Ministério da Educação. e-MEC: Cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores [Internet]. Brasília; [2025?] [citado em 29 de outubro de 2025]. doi: <https://doi.org/10.22351/nepp.v44i1.3279>
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2022* [Internet]. Rio de Janeiro; 2023. [citado em 29 de outubro de 2025]. doi: <https://doi.org/10.52041/srap.15308>
10. Conselho Federal de Odontologia (CFO). [Internet]. Rio de Janeiro; 2025 [citado em 29 de outubro de 2025]. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/>
11. Fabiano GR, Goes PSA, Cury DB, Moysés SJ, Moysés MR, Frias AC. Diretrizes curriculares da Odontologia: um estudo dos novos parâmetros de formação profissional para dentistas brasileiros. *Lumen Virtus* [Internet]. 2024;15(38):676-92 [citado em 29 de outubro de 2025]. doi: <https://doi.org/10.56238/lew15n38-044>
12. Schwartzman S. As razões da reforma universitária. *Ciênc Hoje* [Internet]. 2005;36(216):18-22.
13. Santos AV. Fusões institucionais no ensino superior brasileiro. In: *Anais do Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação*. Lisboa, Portugal; 2012.

14. Silva RC, Moura MG. Fusões institucionais no ensino superior brasileiro. In: Anais do Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Lisboa, Portugal; 2012.
15. Mendonça SA, Soares LMF. Fatores favorecedores e comprometedores na qualidade do ensino do curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia. Rev Em Ver [Internet]. 2019;5(1):1-15. doi: <https://doi.org/10.14393/er-v26n2a2019-14>
16. Cartes-Velásquez RA. Crescimento exponencial das faculdades de Odontologia no Chile: efeitos sobre questões acadêmicas, econômicas e de força de trabalho. Pesqui Odontol Bras [Internet]. 2013;27(6):471-7.
17. Fagundes MLB, Barros MBA, Lima-Costa MF, Malta DC. Desigualdades socioeconômicas no uso de serviços odontológicos no Brasil: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2021;24(Supl 2):e210004. doi: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210004.supl.2>
18. Cardoso AL, Vieira ALS, Medeiros UV. Desequilíbrio quantitativo na formação de odontólogos no Brasil: trajetória de 1995 a 2015. Rev Bras Odontol [Internet]. 2017;74(2):114-9. doi: <https://doi.org/10.18363/RBO.V74N2.P.114>

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Financiamento: Próprio.

Contribuição dos Autores: Concepção e planejamento do estudo: VGS, HPRS e EDC. Coleta, análise e interpretação dos dados: VGS, HPRS, GRM e EDC. Elaboração ou revisão do manuscrito: VGS, HPRS, GRM e EDC. Aprovação da versão final: VGS, HPRS, GRM e EDC. Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo: VGS, HPRS, GRM e EDC.